

LETRAMENTO RELIGIOSO E CULTURA ESCRITA: AS CLARISSAS EM PORTUGAL E NO BRASIL (SÉCULO XVIII)ANA CRISTINA PEREIRA LAGE¹

Este trabalho pretende dialogar com os conceitos de letramento religioso e de cultura escrita para compreender a produção e a utilização de livros devocionais pelas mulheres que seguiam a Regra de Santa Clara em Portugal e no Brasil no século XVIII. A análise da regra, as práticas de leitura, a escrita realizada, bem como as interpretações de livros que orientam para a perfeição religiosa, levam à percepção de um determinado caminho seguido por essas mulheres: a busca de uma vida exemplar e, para tanto, as biografias, autobiografias e ainda a literatura denominada de *exempla*, tornam-se o eixo condutor desta pesquisa. Serão buscados alguns trabalhos escritos pelas religiosas e outros que contavam a vida destas, que se tornaram obras importantes para o letramento religioso e para a formação de uma cultura escrita das irmãs clarissas. Neste trabalho, é proposta a análise de uma obra exemplar portuguesa: *Aves Ilustradas*, publicada em 1734 por Sórora Maria do Céu. No caso brasileiro, será considerada a *biografia de Sórora Victoria da Encarnação*, escrita pelo Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro de Vide em 1720 e transcrita na obra de Frei Antonio de Santa Maria Jaboaão (1858). Considera-se que estas obras são exemplares de um estilo literário predominante nos conventos que seguiam a Regra de Santa Clara e remontam a uma longa duração temporal, uma vez que tem origens na Idade Média, estabelecendo padrões para o letramento religioso conventual.

Na busca de uma definição de letramento, busca-se então dialogar com os estudos mais recentes acerca do assunto que apontam para perspectivas diferenciadas de interpretação. Segundo Magda Soares (2010), o letramento pode ser visto a partir de um ponto de vista antropológico, quando se considera as práticas sociais de leitura e escrita e os valores atribuídos a essas práticas em uma determinada cultura; do ponto de vista linguístico, o

¹Professora do curso de História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - campus Diamantina; Doutora em Educação (UFMG)

letramento aponta para os aspectos da língua escrita que a diferenciam da língua oral; a perspectiva psicológica trabalha com as habilidades cognitivas necessárias para compreender e produzir textos escritos; por fim, a perspectiva educacional busca analisar as habilidades de leitura e escrita em práticas sociais que envolvem a língua escrita. Neste trabalho, pretende-se dialogar com os conceitos de letramento baseados na perspectiva antropológica e educacional. Assim, entende-se como letramento “...todos os possíveis aspectos de envolvimento social e individual com as práticas de leitura e de escrita, cujos textos são produzidos numa língua escrita, cujo sistema é o alfabético.” (MARINHO, 2010: 75)

As práticas de letramento podem acontecer em ambientes diversos. Assim, verifica-se a possibilidade de se considerar o letramento religioso, quando as práticas de leitura e de escrita desenvolvem-se em um meio social, com a intencionalidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma determinada vertente religiosa. Os múltiplos letramentos variam de acordo com o tempo e o espaço e estão articulados com as relações de poder. Para analisar o letramento como prática social, deve-se levar em consideração que as práticas são eventos mediados por textos escritos. Além disso, existem letramentos associados com diferentes domínios de vida e são padronizadas pelas instituições sociais, tem propósitos e se encaixam em metas e práticas sociais mais amplas e devem ser historicamente situados.

Para o caso das práticas de leitura e escrita nos conventos e recolhimentos, pode-se trabalhar com o conceito de um letramento religioso, aqui compreendido por meio dos usos sociais da leitura e da escrita para a formação de uma cultura entre as mulheres que habitaram as instituições religiosas femininas. Torna-se um modelo que pretende definir quem é alfabetizado/letrado e quem não é alfabetizado/não letrado. No caso das irmãs clarissas, considerava-se que, quanto maior o letramento voltado para o conhecimento religioso, maior seria a aproximação com Deus. Deve-se levar em consideração as diferenças entre os grupos sociais quanto ao material escrito disponível, quanto aos valores atribuídos à escrita e quanto aos usos que são feitos da escrita e da leitura. No caso do letramento religioso, compreende-se uma indicação de determinados livros e comportamentos necessários para o fortalecimento das práticas devocionais.

O letramento religioso atinge metas sociais de manutenção da identidade de um determinado grupo, tanto no nível local, quanto por meio da universalidade da Igreja Católica. Assim, compreender os caminhos traçados em regras, regimentos e obras indicadas para uma determinada ordem religiosa é considerado essencial para a compreensão do letramento religioso que acompanha e é permitido para o grupo.

O letramento deve ser considerado como parte integrante de uma cultura escrita. Para GALVÃO (2010), o letramento se refere aos usos sociais da leitura e da escrita e compõe uma das dimensões da cultura escrita, uma vez que esta:

...diz respeito ao(s) lugar(es) que o escrito ocupa em uma determinada sociedade, comunidade ou grupo social, reconhecemos implicitamente que estes lugares não são os mesmos para os diferentes sujeitos e grupos que vivem naquela sociedade. Em outras palavras, reconhecemos que as culturas do escrito estão inseridas em relações de poder. (GALVÃO, 2010: 220)

O controle exercido pelas autoridades eclesiásticas com relação ao domínio da cultura escrita é exemplar para os casos que serão analisados neste trabalho. Pretende-se então dialogar com eventos de letramento religioso para o domínio da leitura e da escrita em espaços que seguissem a Regra de Santa Clara no século XVIII.

1. Indicações de letramento para as irmãs clarissas.

Considera-se que o letramento religioso era essencial para o desenvolvimento da obra proposta por Santa Clara de Assis (1194-1253). A seguidora de São Francisco fez parte de um grupo pequeno de mulheres do período medieval que, dentro dos muros conventuais, professando votos de pobreza e silêncio, demonstraram o pensamento por meio da escrita de obras devocionais. Da sua obra, poucos escritos chegaram até a atualidade: escreveu em latim a primeira Regra da congregação, considerada como a primeira ordenação elaborada por uma mulher no mundo medieval; ainda deixou um testamento e algumas cartas que trocou com outras religiosas que comprovam o caráter místico de sua obra. Como fundadora de uma nova Ordem religiosa, Santa Clara é considerada a primeira escritora de sua ordem e responsável por inaugurar uma tradição letrada entre as suas seguidoras. Assim, entre as

clarissas, seguindo o modelo da fundadora, verifica-se o desenvolvimento de práticas de leitura e de escrita em seus cotidianos.

A Primeira Regra de Santa Clara, aprovada pelo papa Inocêncio IV em 1247, já previa o conhecimento da leitura por parte das religiosas que professassem a ordem, uma vez que no capítulo III, direciona como deve ser o ofício divino. O dever de rezar, dado aos religiosos, apontava para a observância de determinadas orações em horários específicos. Geralmente os textos para a oração no ofício divino vinham em latim e estavam contidos nos livros designados como breviários. A Primeira Regra, assim designava:

As irmãs que sabem ler, rezem o Ofício Divino segundo o costume dos Frades Menores, lendo-o sem canto. Por isso podem ter Breviários. Aquelas que, por motivo razoável, não puderem recitar o Ofício Divino, rezem os Pai-nossos, como as outras irmãs. E as que não sabem ler, rezem vinte e quatro Pai-nossos por Matinas; cinco por Laudes; sete por Prima, Tércia, Sexta e Noa; por Vésperas doze e sete por Completas. (SANTA CLARA, s/d:24)

Dentre todas as atividades propostas para as clarissas, verifica-se a observância de determinadas atitudes em momentos específicos do dia e que valorizam práticas de leitura e oração, de acordo com o grau de letramento de cada religiosa. Assim, aquelas que sabiam ler, deveriam utilizar o Breviário e as demais ocupariam o tempo com orações.

Uma *Segunda Regra de Santa Clara* foi proposta já em 1263 pelo papa Urbano IV, com a intenção de proporcionar um melhor direcionamento para a ordem religiosa e diminuir a rigidez da proposta anteriormente. Verifica-se que, no século XVIII, diversos conventos portugueses e da América portuguesa adotavam este documento para dirigir as suas ações. Interessa, portanto, detalhar melhor as orientações desta Regra para o desenvolvimento da Ordem. Como na Regra anterior, especialmente com relação à leitura, esta determinava que as religiosas deveriam saber ler e cantar para celebrar o ofício divino. Caso não soubessem ler, deveriam rezar determinadas orações nos momentos destinados ao ofício, mas a leitura era primordial para alcançar uma ligação mais direta com o divino. Assim, torna-se possível a percepção da necessidade da prática de leitura, especialmente silenciosa, das religiosas no interior das instituições devocionais analisadas.

Na obra *Espelho de perfeytas religiosas*, de 1718, publicada em Portugal pelo Padre Franciscano José de Jesus Maria, este interpreta a regra proposta por Urbano IV e busca

auxiliar às irmãs clarissas para que estas não se distanciem do documento original. Na opinião do autor, a perfeita religiosa é aquela enclausurada que sabe ler em latim e aponta ainda que existem três tipos de leitoras: aquelas que lêem e não compreendem o latim; aquelas que lêem e compreendem; e ainda aquelas que lêem, entendem e “falam com Deus”. Este último tipo seria o ideal para alcançar a perfeição religiosa. Dentro de um mosteiro, aponta que as religiosas clarissas dividem-se em duas categorias: irmãs de *Côro*, por saberem ler; irmãs conversas, que não sabem ler. A distinção do conhecimento da leitura aparece até nos hábitos que seriam trajados pelas irmãs, uma vez que as irmãs de *côro* usavam um véu preto e as conversas um véu branco. Mas aquelas que não possuíam a leitura também participavam de um determinado letramento, uma vez que deveriam decorar determinadas orações e seguir todas as orientações da regra. Deve-se considerar então que todas as clarissas faziam parte de um letramento religioso.

O Padre José de Jesus Maria também se preocupou em detalhar o melhor modo de se “pagar” o Ofício Divino. Para ele, as preces deveriam ser feitas com intenção, atenção, tempo, ordem, sem interrupção e integridade. A intenção estaria na leitura ou na prece voltada diretamente para Deus e, quando ocorresse uma interrupção desta ação, a freira deveria voltar ao início da atividade. A atenção estaria presente no respeito da prática da leitura: em pé, sentada ou passeando, mas especialmente aquelas que liam em latim e conversavam diretamente com Deus. Com relação ao tempo e à ordem, o autor determinava que todo o Ofício Divino seria rezado em um espaço de 24 horas, seguindo uma determinada ordem estabelecida pela Regra². A interrupção do Ofício Divino só poderia acontecer por uma causa justificada, mas sem esta, seria considerada como um pecado venial. Por fim, a integridade estaria em dizer todo o Ofício bem pronunciado em Latim.

Deve-se considerar que o letramento religioso acontecia especialmente em situações de diglossia, pois estabelecia uma relação entre duas ou mais línguas, sendo que a língua de prestígio era aquela utilizada na instrução. No caso aqui analisado, o latim tornava-se a língua de prestígio, o que tornava a compreensão dos textos de forma diferenciada pelas leitoras,

² Os horários da oração dividiam-se em *sete* horas canônicas: Matinas e Laudes (manhã e madrugada); Prima (6 horas da manhã); Terça (9 horas da manhã); Sexta (meio dia); Noa (3 horas da tarde); Vésperas (6 horas da tarde); Completas (9 horas da noite).

dependendo da compreensão desta língua por parte de cada religiosa e da sua interpretação na língua de origem. No século XVIII, verifica-se que algumas obras lidas, especialmente o Breviário utilizado nos momentos do ofício divino, era predominantemente escrito em Latim e preservava assim a tradição da regra original. Quanto às demais obras escritas neste período, aquelas consideradas como edificantes e exemplares, verifica-se que estas seguiam os padrões do vernáculo e eram lidas na língua local.

Nota-se nas obras analisadas nesta pesquisa, que a busca da perfeição é o grande pressuposto para o desenvolvimento dos conventos do século XVIII. A Enciclopédia Católica define a perfeição cristã da seguinte forma:

A Perfeição cristã é a união sobrenatural ou espiritual com Deus, que é possível alcançar nesta vida, e que pode ser chamada de perfeição relativa, compatível com a ausência da bem-aventurança, e a presença das misérias humanas, das paixões incontroláveis, e mesmo dos pecados veniais a que um homem justo é sujeito sem uma especial graça e privilégio de Deus. Esta perfeição consiste na caridade, na forma em que esta é alcançada nesta vida. (Perfección Cristiana y Religiosa. Enciclopedia Catolica. Livre tradução)

As Recolhidas deveriam perseguir no seu cotidiano a união em espírito com Deus, por meio de suas orações, atitudes e devoção. No livro *A perfeita religiosa*, composto pelo padre francês Michel-Ange Marin, publicado originalmente em 1749 e traduzido para o português em 1789, este aponta para os riscos da leitura de maus livros nos mosteiros e que devem ser evitados por todas as religiosas. Assim, existe uma proposta das obras que podem ser lidas. Nesta pesquisa, atentou-se para a análise de obras exemplares, aquelas que foram escritas por homens ou por mulheres, que tratam da vida de determinadas religiosas e que servem de exemplo para outras reclusas.

Segundo Leila Algranti (2004), a análise de apenas estatutos e regras não é suficiente, mas podem oferecer a possibilidade de captar as expectativas e as representações da sociedade da época. Apontam para a formação de uma cultura religiosa construída nos claustros e que dizem respeito à instrução, uma vez que nos conventos e recolhimentos era necessário acompanhar os serviços religiosos com a leitura silenciosa e ainda havia uma preocupação de dotá-los com bibliotecas para desenvolver o hábito da leitura entre as religiosas na busca para alcançar a perfeição.

2. Irmãs letradas em Portugal

Dentre as obras edificantes para compor uma biblioteca de um convento, pode-se caracterizá-las como: teologia moral, livros de espiritualidade, livros de horas e vidas de santos, breviários, missais e exemplares. Estes últimos tornam-se importantíssimos para a compreensão do desenvolvimento e fortalecimento das instituições religiosas femininas, especialmente quando são analisadas as obras escritas por homens sobre a vida exemplar de determinadas religiosas, ou ainda aqueles escritos pelas mulheres recolhidas nestes espaços. Além de pensar na prática de leitura, dialoga-se então com a prática da escrita dessas mulheres. Segundo Lígia Bellini (2006/2007), a existência de capacitações desiguais ao saber letrado no interior dos conventos e recolhimentos femininos pode também ser estendida à escrita.

Também é necessário considerar que a cultura escrita é uma construção complexa, sendo que ler e escrever são ações diversas e heterogêneas. Nem todas as religiosas sabiam ler ou escrever, mas aquelas que participavam do Côro deveriam pelo menos ter o conhecimento da leitura, sendo que não necessariamente saberiam escrever. Ler significava entrar em contato com a letra dos textos impressos ou manuscritos, sendo que a escrita pressupunha a decifração e a reprodução da letra escrita e, portanto, as mulheres enclausuradas desenvolviam essas habilidades de forma diferenciada.

No interior de conventos e recolhimentos, destacavam-se três tipos de escrita: uma doméstica ou institucional, que levava em consideração a administração da casa; uma de foro privado, como as correspondências; e ainda as autobiografias ou biografias de companheiras de claustro, de vida dos santos ou textos morais edificantes (exemplares). Este último tipo poderia ser doméstico e privado, mas em alguns casos poderia circular para outras casas religiosas femininas. Algumas vezes os manuscritos tornavam-se impressos e ganhavam popularidade entre outras religiosas. Os livros tinham um caráter devocional, mas também propunham uma formação moral, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura. (ALGRANTI, 2004)

Verifica-se que determinadas mulheres possuíam melhores condições para dedicar-se à escrita de textos religiosos, como aponta a análise das obras de algumas irmãs clarissas portuguesas, destacando-se nesta pesquisa a Sórora Maria do Céu (1658-1753). Esta religiosa, seguidora da orientação da fundadora da ordem, foi responsável pela publicação de diversas obras de caráter devocional: vidas de santos, autobiografia, biografias de religiosas e novelas exemplares.

No caso português, diversas religiosas clarissas envolveram-se com a escrita de textos exemplares. Segundo Francisco Leite de Faria (1994), entre as diversas irmãs letradas das ordens religiosas que estiveram presentes em Portugal, as clarissas destacam-se em número e também no desenvolvimento de obras escritas. No catálogo de obras escritas pelas clarissas do século XVIII e que constam no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, encontram-se quinze obras elaboradas por Sórora Maria do Céu. Ainda aparecem outras autoras, como Sórora Madalena da Glória, Sórora Maria Madalena, Madre Maria Micaela do Sacramento, etc. (FARIA, 1994)

Sórora Maria do Céu, religiosa do Convento da Esperança em Lisboa, escreveu obras de natureza diversa, como vidas de santas, comédias e até peças teatrais. Algumas obras foram assinadas com o seu nome e outras levavam o codinome de *Maria Clemência*. Neste trabalho foi escolhida para análise a obra *Aves Ilustradas*, que contém pequenos contos e compara alegoricamente algumas aves com a comunidade religiosa. São modelos para a orientação de comportamentos espirituais e morais das irmãs. Segundo Maria Manuela Paulo (2005), nesta obra é possível detectar a convergência de diversas vertentes culturais, observando a fusão da simbologia moral e da erudição, além da presença da fábula, contos exemplares e até elementos do bestiário medieval. “Como Sórora Maria do Céu é extremamente criativa e muito culta, consegue fazer sínteses *sui generis* dos modelos disponíveis no seu tempo, produzindo verdadeiras criações que, sendo estruturalmente *híbridas*, acabam por constituir uma unidade especial.” (PAULO, 2005: 15)

As *Aves Ilustradas* dialogam diretamente com as religiosas, procurando ensiná-las para uma valorização moral da vida no convento. A obra divide-se em discursos e, em cada um, uma ave fala moralmente para um tipo de religiosa. Assim, um pavão fala à Prelada, um pardal à

Madre das Confissões, uma Rola à Celeireira, etc...Neste ultimo caso, a conversa acontece da seguinte forma:

...a Celeireira vinha do forno, e queixando-se dizia: -Em o celeiro me comem o trigo as formigas, em os moinhos me moem mal as farinhas, em o forno me queimam o pão. As freiras queixam-se. Eu não sei que faça para remediar tanto dano, mas assim passaremos porque não só em o pão vive o homem.

Entrou em o celeiro a dita oficial e achou uma rôla comendo em o trigo: - Não bastam, - disse ela, - as formigas, mas também as rolas?

E vós,- respondeu a rola,- não bastais nem para as rolas, nem para as formigas. Se tiverdes cuidado com a porta, não entrarão as rolas e se o tiverdes com o celeiro, não entrarão as formigas. (SÓROR MARIA DO CÉU, 2005, p.51)

A fábula proposta por Sórora Maria do Céu serve de instrumento educativo para as irmãs que tem como obrigação o cuidado dos alimentos dos conventos. São exemplos de conduta moral para o bom andamento dos conventos femininos do século XVIII. Assim, “os textos escritos por religiosas parecem dirigir-se prioritariamente às suas próprias companheiras nos conventos. Cumprir uma função pedagógica e de exemplaridade é um dos objetivos predominantes da literatura conventual feminina no Portugal da época.” (BELLINI e PACHECO, 2009:152)

3. O gênero biográfico: a vida de Sórora Victoria da Encarnação

Segundo Leila Algranti (2004), as biografias e autobiografias se aproximam do gênero hagiográfico (vida dos santos) e representam uma escrita muito popular na Europa moderna, sendo que, em Portugal, teve o seu auge no século XVII e persistiu no século seguinte. Este gênero literário é um fenômeno de longa duração presente na vida de diversas religiosas, independente da ordem, da instituição ou do local que habitavam. As histórias de vida caracterizam-se por numerosos detalhes desde a infância até a morte das religiosas. São obras exemplares, que indicam modos de vida que devem ser perseguidos por outras religiosas.

Influenciados pela literatura conventual portuguesa, os conventos fundados na América seguiram também o caminho do letramento religioso proposto pelas clarissas. Embora tivessem dificuldades para a formação de bibliotecas, transporte e circulação de livros,

verifica-se que a preocupação com o letramento religioso também fazia parte do cotidiano dos primeiros conventos brasileiros.

O primeiro convento feminino autorizado na América Portuguesa foi o Mosteiro de Santa Clara do Desterro, em Salvador. Na obra do Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, composta em 1761 e republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1858), este informa que a referida instituição foi fundada em 1677 por quatro irmãs clarissas do convento português de Évora. Uma das irmãs fundadoras, Sórora Maria de S. Raimundo, que foi designada para escritã da casa, tornou-se a responsável por redigir a primeira memória do grupo, cujo texto foi copiado por Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858: 650-662). Em seu relato, Sórora Maria do Raimundo narra a longa viagem entre Évora e Salvador, as dificuldades da instalação e as primeiras noviças aceitas na casa. Em 1878, a própria autora tornou-se a mestra das Noviças:

E como segundo os Estatutos da nossa Regra se devia eleger Mestra de Noviças para lhes assistir com as instruções, e documentos, com que se crião as que devem ser verdadeiras filhas de tal Mãe, foi nesta eleyção pelas Religiozas, e o R. Provisor em a M. Sor. Maria de S. Raymundo, por nella concorrerem as partes, e sufficiencia necessárias para o ditto cargo, no qual assistio e exerceo tres annos e meyo, com o cuidado e vigilância a verdadeira filha de Nossa M. S. Clara, e as começou a instruir na disciplina Religioza, vencendo seo zelo os achaques que a perseguia, só por dar á Religiao em cada huã das Noviças, hum retrato e exemplar de religiozas. (Sórora Maria do Raimundo, apud JABOATÃO, 1858: 659-660)

As primeiras 14 noviças aceitas no convento baiano foram instruídas por Sórora Maria do Raimundo para compreender os princípios da ordem propostos pela fundadora. Com *tal mãe*, na opinião da autora, só alcançariam a verdadeira doutrina religiosa se fossem bem instruídas na religião e nos princípios das irmãs clarissas. Verifica-se que o letramento religioso fez parte do cotidiano deste convento desde a sua fundação.

Logo após a retirada das irmãs fundadoras, verifica-se um continuo aumento do número de recolhidas no Convento baiano. Em 26 de novembro de 1689, o rei português D. Pedro II, autorizou um número máximo de 50 religiosas de véu preto e 25 de véu branco (JABOATÃO, 1858: 667), mas verifica-se ainda uma ampliação considerável, pois em 1761, “...ao presente se acha o ditto Mosteiro com o numero de noventa e sinco Freyras de véu preto, e somente hum lugar de véu branco.” (JABOATÃO, 1858: 667). Segundo este autor, parece que foram solicitados ao rei constantes pedidos de ampliação do numero de religiosas de véu preto no

convento baiano. Cabe ressaltar, a importância das irmãs de véu preto para a ordem das clarissas, uma vez que eram aquelas capacitadas para a leitura dos ofícios divinos e que chegavam mais facilmente ao modelo de perfeição proposto pela Ordem.

Dentre as primeiras religiosas brasileiras, destacou-se Sórora Victoria da Encarnação, que teve a sua biografia escrita e publicada em 1720 pelo Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro de Vide (1643-1722). Esta obra também foi transcrita por Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858). Segundo o arcebispo da Bahia, a irmã Vitória nasceu em Salvador, em 1661, e faleceu no convento baiano em 1717. Esta obra biográfica pode ser considerada como um marco para estabelecer normas, princípios morais e exemplos para as irmãs clarissas baianas.

A narrativa da vida de Irmã Vitória segue o padrão das obras exemplares, uma vez que desde o início demonstra os embates travados pelo espírito da irmã com as tentações mundanas, especialmente aquelas consideradas “demoníacas” e as suas demonstrações de perfeição desde o noviciado:

...mostras evidentes da alta perfeição, a que aspirava o seo mais que commum agigantado espirito, por ser nella incansável uzo continuo das virtudes, exercitand-as com tão Religiozo primor que mais parecia antiga professora dellas, do que moderna Noviça, não deixando passar instante, em que fosse perguntada, o que fazei, não pudesse dizer com verdade: *que estava servindo a Deos Nosso Senhor, e tratando de sua salvação*, tão alheia andava de outros quaesquer mundanos pensamentos. (VIDE, apud. JABOATÃO, 1858:690)

A busca da perfeição pela Irmã Vitória também é apontada por meio das suas *virtudes*, inicialmente por meio da humildade, uma vez que não aceitava elogios e também auxiliava nos serviços domésticos, considerados como *ofícios baixos*. A segunda virtude seria a paciência com todas as pessoas, inclusive com as escravas do convento. A terceira virtude seria a prática da penitencia, uma vez que a irmã acreditava ter grandes pecados. São descritos diversos tipos de penitencia, como a utilização dos cilícios junto ao corpo, a prática do jejum e ainda o hábito da auto - flagelação, especialmente por intermédio de bofetadas na face e da utilização de objetos pesados para o espancamento do corpo:

...e depois do seo fallecimento se soube com certeza que uzava de vários gêneros de discipinas: huãs de fio com pontas molestissimas, outras de cordas de viola, outras finalmente de couro cru, que ella mesmo torcia, e que depois das de ferro, de que tão bem uzava, atuavão mais os rigores, com que as exercitava. Muy semelhantes a estas

alfaias são as dos cilícios, com que affligia seo virginal, e delicado corpo. (VIDE, apud. JABOATÃO, 1858:697)

Alem das penitencias físicas, o cotidiano da irmã estava repleto de orações e exercícios devotos. Para tantas orações, diminuía o tempo para dormir, restrito a 2 ou 3 horas a cada dia em uma tábua, pois acreditava que era *duro para o corpo, mas conveniente para a alma*. A vigília noturna passava rezando no Côm e portando uma coroa de espinhos na testa. Esta mesma coroa era usada na procissão da sexta feira da Paixão, quando ainda carregava uma cruz enorme em sinal de penitencia.

Segundo o seu biografo, a Irmã Vitória ainda guardava os três votos necessários para uma recolhida em um convento, pobreza, castidade e obediência, como ainda praticava a *mais perfeita das virtudes*: a caridade. Assim, cuidava de doentes por meio de orações e pedia esmolas para os pobres. Quando faleceu, como os relatos hagiográficos, a irmã exalou *maravilhosa fragrância* e passou a ser alvo de pequenos milagres junto às suas devotas do Convento.

A análise da biografia da Irmã Vitória apresenta todos os dados importantes para estabelecer a exemplaridade entre as demais religiosas. Verifica-se que ela tinha virtudes, guardava os votos e fazia penitencias. Na morte, passou a operar milagres, especialmente de curas. Ela era um exemplo para o alcance da perfeição, tão almejada pelas religiosas. Ao finalizar a biografia, o autor expõe a sua intenção na escrita da obra:

Esta he a breve historia da virtuozza, e exemplar vida de madre Vitoria da Encarnação, cuja saudoza memória esperamos que seja efficaz estimulo ás Reverendas Religiosas deste reformado e muito Religiozo Convento de S. Clara da Bahia, para correrem a largos passos pela patente estrada da perfeição.” (VIDE, apud. JABOATÃO, 1858:745)

4. Conclusões:

Pela análise das obra torna-se possível detectar que o letramento religioso acontecia no cotidiano de mosteiros e recolhimentos femininos em Portugal e na América portuguesa no período estudado, especialmente a partir da análise das regras, estatutos religiosos e das obras exemplares adotados nestas instituições, sendo algumas obras datadas de períodos anteriores, mas que persistiram por todo o setecentos. Tal letramento acontecia nos momentos de prática

de leitura, de declamação das orações ou nas escritas das obras exemplares. Muitas destas obras apontavam para a busca de uma perfeição religiosa.

Referencias:

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2a. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1999

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do Livro e da leitura na América Portuguesa(1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC, 2004

BELLINI, Lígia e PACHECO, Moreno Laborda. Experiencia e ideais de vida religiosa em mosteiros portugueses clarianos nos séculos XVII e XVIII. In: *Revista de História*, no.160, 2009. Pp.147- 167

BELLINI, Lígia. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. In: *Revista Campus Social*, 2006/2007, 3/ 4, pp.209-218.

FARIA, Francisco Leite (org.). *Santa Clara e as clarissas em Portugal*. Lisboa, PT. Biblioteca Nacional de Portugal, 1994

FREI JOSEPH DE JESUS MARIA. *Espelho de perfeytas religiosas. Exposição da segunda regra de Santa Clara*. Lisboa: officina de Joseph Lopes Ferreira, 1718. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

GANDELMANN, Luciana. Estatutos, visitas, memórias e atas: a “construção da norma” nos Recolhimentos de Órfãs administrados pelas Misericórdias no século XVIII. In: ALGRANTI, Leila e MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O Império do escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil*. V. II. Reimpressão do Instituto Histórico e Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

JUNG, Neiva Maria e SEMECHECHEM, Jakeline. Eventos religiosos e suas práticas de letramento em comunidades multilíngues e multiculturais. In: *Forum Linguístico*. Florianópolis, v.6.n.2, (17-37), jul-dez, 2009.

KESSEL, Elsja Schulte van. Virgens e mães entre o céu e a terra. In: DUBY, George e PERROT, Michele (orgs.). *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991 P. 194.

MARIN, Miguel Angelo. *A perfeita religiosa: obra igualmente útil a todas as pessoas qe aspirão a perfeição*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

MORUJÃO, Isabel. *Contributo para uma bibliografia cronológica da literatura monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, PT: Centro de Estudos de história religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 1995.

RODRIGUES, Pe. Afonso. *O caminho da perfeição*. Brasília: Pinus, 2009

SANTA CLARA. Primeira Regra e vida das senhoras pobres (1247). In: *Escritos de Santa Clara*. Ordem franciscana. s/d Disponível em: http://www.editorialfranciscana.org/files/1REGRA_4aef87e1542aa.pdf

SÓROR MADALENA DA GLÓRIA (ou Leonarda Gil da Gama). Textos literários. In: *História e antologia da literatura portuguesa - Século XVIII*. Literatura de conventos. Autoria Feminina. Lisboa, Portugal, No.32, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp.60-73

SÓROR MARIA DO CÉU. Textos literários. In: *História e antologia da literatura portuguesa - Século XVIII*. Literatura de conventos. Autoria Feminina. Lisboa, Portugal, No.32, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp.39-59